

O PROJETO DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO DA REGIÃO BRASIL CENTRAL: DA FBC A SUDECO

Pedro Henrique Marques Cardoso^{1*} (PQ) (FM) (PG) - henrihist@hotmail.com, Glauber Lopes Xavier (PQ)

Universidade Estadual de Goiás - Campus Anápolis de Ciências Sócio-Econômicas e Humanas
Avenida Juscelino Kubitschek, 146. Bairro: Jundiá - CEP: 75110-390. Anápolis – GO.

Resumo: Pensar o Centro-Oeste brasileiro numa perspectiva socioeconômica e política é refletir sobre um dos elementos da questão agrária do país. Desde os anos 1930 o Estado brasileiro vem se esforçando em desenvolver políticas de ocupação da fronteira. Naquele momento, a região Brasil Central foi tida como o grande espaço geográfico a ser desbravado, devido às suas potencialidades econômicas. Este fenômeno de ocupação da fronteira, através da ação estatal, caracterizava uma das etapas do processo de expansão do modo de produção capitalista pelo Brasil – o da integração territorial. Em 1943, o Estado brasileiro intensificou seu projeto de integração territorial do país – expresso na Marcha para o Oeste – com a criação da Fundação Brasil Central (FBC). Esta, uma instituição que teve como objetivo realizar a colonização de regiões do centro do país, estando diretamente vinculada à presidência da República. Em 1967 a FBC foi extinta, criando-se, em seu lugar, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Este órgão, por sua vez, estava vinculado ao Ministério do Interior e seu principal objetivo era propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste.

Palavras-chave: Centro-Oeste. Fronteira. Estado. FBC. SUDECO.

Introdução

A partir de 1930, a economia brasileira começou a sofrer um forte processo de transformação. A expansão do complexo cafeeiro de São Paulo contribuiu para expansão da fronteira agrícola rumo a outros Estados do Brasil, principalmente aos da região Centro-Oeste. Deveu-se a isto, a integração capitalista das economias regionais, o que contribuiu para formação de um novo mercado interno, condição indispensável para o desenvolvimento do setor industrial da economia brasileira. Neste contexto, o Centro-Oeste aparece como opção de fronteira a ser expandida.

Além disso, configurou-se no Brasil, nas primeiras décadas do século XX, um tipo de desenvolvimento capitalista alicerçado na indústria de substituição de importações¹. Esse modelo de desenvolvimento estava sob a proteção do Estado, sendo o objetivo inaugurar um conjunto de relações Inter setoriais que,

¹ Tavares (1983) alerta sobre a amplitude do termo “substituição de importações”, pois esta prática extrapola o simples objetivo de eliminar importações. Segundo a autora, na medida em que alguns bens são substituídos aparecem outros que a indústria nacional não produz, resultando assim, numa maior dependência do exterior.

posteriormente, resultaria na transferência de excedentes econômicos para o setor urbano-industrial.

Desta maneira, no que tange ao setor da agricultura, a estratégia do Estado visava promover este setor em benefício do desenvolvimento industrial. O intuito era que as indústrias voltadas para a transformação de produtos agrícolas fossem instaladas em várias regiões do país. Isto foi possível a partir de vários programas especiais criados pelo governo federal. Os investimentos públicos destinados à agricultura levavam em consideração as constantes transformações que vinham ocorrendo no país, como por exemplo: transformação da agricultura tradicional em agricultura de mercado; acelerado processo de urbanização e industrialização da região Sudeste; esgotamento da fronteira agrícola no Sul do Brasil.

Com o advento do Estado Novo, em 1937, as políticas de expansão da fronteira ganharam novo alento. Este regime político ditatorial, amparado por forças militares, logo tratou de colocar em prática o desejo de nacionalizar definitivamente as fronteiras do país. Para tanto, foi lançada ainda no ano de 1937, a campanha da Marcha para o Oeste, com o objetivo de promover o povoamento e o desenvolvimento econômico da região Centro-Oeste. Esta campanha engendrou uma série de iniciativas marcadas pela intervenção direta do Estado sobre o território. Vale destacar, como exemplos de ações organizadas no âmbito da Marcha, a criação das Colônias Agrícolas Nacionais, o estabelecimento da Expedição Roncador-Xingu, e a criação da Fundação Brasil Central (FBC). A FBC atuaria até dezembro de 1967, quando esta, por iniciativa do governo federal, seria substituída pela Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) – extinta em 1991, durante o governo Collor.

Material e Métodos

A pesquisa abrangerá os campos da História Econômica e da História Regional, além de estabelecer um debate no âmbito da Ciência Política, Geografia, Sociologia, dentre outras áreas do conhecimento. Através desta abordagem analisaremos o processo de inserção da região Brasil Central no contexto econômico brasileiro e internacional.

Sobre as fontes que serão utilizadas em nossa pesquisa, a maior parte delas se caracteriza por serem fontes primárias do acervo da FBC e da SUDECO, a disposição no Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal..

Resultados e Discussão

Desde os anos 1930 o Estado brasileiro vem se esforçando em desenvolver políticas de ocupação da fronteira. Naquele momento, a região Brasil Central foi tida como o grande espaço geográfico a ser desbravado, devido às suas potencialidades econômicas. Este fenômeno de ocupação da fronteira, através da ação estatal, caracterizava uma das etapas do processo de expansão do modo de produção capitalista pelo Brasil – o da integração territorial.

A fronteira é um espaço dialético. Ela constituiu uma determinada realidade social, que revela as contradições e os conflitos típicos do avanço do modo de produção dominante pelo território. Deste modo, por mais que o Estado se apresente como um agente conciliador de conflitos no espaço da fronteira, este se mostrou incapaz diante da complexidade das relações sociais que ali são estabelecidas. Suas ações, portanto, tendem a privilegiar a reprodução e a manutenção do poder da classe dominante, através de mecanismos de coerção e coesão. Sendo assim, a fronteira é, ao mesmo tempo, produto e produtora de relações sociais (LIPIETZ apud BECKER, 1981).

Diante dessa questão percebemos que os projetos de ocupação territorial transformam a fronteira num espaço de constantes conflitos. De um lado, o chamado “progresso capitalista” que, em busca de ampliação, esgota a fronteira através de uma dominação marcada pela violência. Do outro lado, os vários grupos étnicos e sociais que, diante da expansão capitalista, tentam resistir a este processo de integração coercitivo. Deste modo, é relevante salientar o caráter plural da fronteira, pois a partir desta situação conflituosa observamos sua multiplicidade (MARTINS, 1997). Segundo Martins (1997, p. 13) “a fronteira tem um caráter litúrgico e sacrificial, porque nela o outro é degradado para, desse modo, viabilizar a existência de quem o domina, subjuga e explora”.

Em 1943, o Estado brasileiro intensificou seu projeto de integração territorial do país – expresso na Marcha para o Oeste – com a criação da Fundação Brasil Central (FBC). Esta, uma instituição que teve como objetivo realizar a colonização

de regiões do centro do país, estando diretamente vinculada à presidência da República. A FBC, portanto, se revelou como um instrumento de intervenção do Estado sobre o território. Neste sentido, de intervenção e ocupação da região, sua atuação abrangeu as áreas dos “territórios do estado de Goiás, do Distrito Federal (quadrilátero inserido no território do primeiro) e dos estados de Mato Grosso, Tocantins e Pará.” (MACIEL, 2005, p. 149).

Ao longo de sua trajetória, a FBC conseguiu promover através de sua política de desenvolvimento, um acentuado processo de modernização econômica e social, principalmente na região que compreende aos Estados de Goiás e Mato Grosso. Atribui-se a isto, todavia, a grande aceitabilidade da região Centro-Oeste às transformações advindas com o processo de urbanização. Através dos investimentos promovidos pela FBC, a região Centro-Oeste pode receber uma infraestrutura alicerçada em padrões modernos do ponto de vista capitalista. Goiás, por exemplo, entre os anos de 1950 e 1960, conheceu um acentuado crescimento econômico e populacional, por intermédio de vários estímulos governamentais.

Em 1967 a FBC foi extinta, criando-se, em seu lugar, a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) – Lei Nº 5.365, de 01/12/1967. Este órgão, por sua vez, estava vinculado ao Ministério do Interior e seu principal objetivo era propiciar o desenvolvimento econômico e social da região Centro-Oeste. A área de atuação da SUDECO correspondia aos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, bem como o então denominado Território Federal de Rondônia (atual Estado de Rondônia) e o Distrito Federal.

A SUDECO foi um órgão que, através do planejamento regional, direcionou investimentos à região Centro-Oeste com vistas a atender as demandas da expansão do capital internacional no Brasil, promovendo desta maneira, a continuação da integração territorial desigual do país, iniciada anteriormente pela FBC. Por este ângulo, a SUDECO fez parte de um projeto nacional que havia sido inaugurado ainda na década de 1950, durante o período dos governos populistas no Brasil. Vale destacar, neste caso, a criação de duas superintendências pregressas a esta, a saber: a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966. Ambas estas instituições com objetivos de promover o desenvolvimento regional e que serviram de modelo para a criação da SUDECO.

Considerações Finais

Atualmente a região Centro-oeste apresenta um alto nível de desenvolvimento econômico. Caracteriza-se como componente importante deste processo, a grande transformação que a região sofreu fruto dos projetos de integração territorial desencadeados pelo Estado iniciados ainda na década de 1940. A atuação de órgãos como a FBC e a SUDECO contribuíram diretamente para a integração socioeconômica do Centro-Oeste às demais regiões do Brasil e, principalmente, ao mercado mundial. Além disso, a grande quantidade de estudos e pesquisas técnicas e científicas coordenadas por estes órgãos revelaram novas visões a respeito do território nacional. Na medida em que a realidade do homem e da natureza do centro do país foi sendo exposta por estas pesquisas, percebia-se, também, o grande interesse estrangeiro em nosso território.

Agradecimentos

Sou grato aos professores Glauber L. Xavier e Dulce P. Maciel pelas orientações e dedicação em contribuir com nossa pesquisa.

Referências

BECKER, Bertha. A expansão da fronteira e a ocupação do espaço regional – o norte de Goiás – sul do Pará. In: **Anais do Seminário Expansão da fronteira agropecuária e meio ambiente na América Latina**. Brasília, 1981.

BORGES, Barsanufu Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional 1930-1960**. Goiânia: UFG, 2000.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. **Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mudanças no Estado e na política agrícola brasileira (1970-1990). In: SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. (Org.) **Relações cidade – campo: fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000. p. 219-245.

MACIEL, Dulce Portilho. **Fundação Brasil Central: sua conturbada trajetória e o desenvolvimento do Centro-Oeste brasileiro**. Revista Plurais, 2005. v. 1, n.2, p.145-161.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.

TAVARES, Maria da Conceição. **Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.